

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA EM CONTESTOS DE DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Maria de Fátima Soares do Nascimento¹
Anna Bárbara Ribeiro e Araújo Alcântara²
Fabio Guedes Feliciano³
Amanda de Jesus Alves Dantas⁴
Terezinha Raquel Ribeiro Vieira⁵
Orientadora: Erica Dantas da Silva⁶

RESUMO

A função social da escola em contextos de diversidade constitui-se como um tema relevante e desafiador na educação atual, uma vez que a diversidade socioeconômica, linguística, étnica e cultural nas salas de aula exige da escola uma abordagem inclusiva e sensível para assegurar que todos os educandos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a função social da escola em um contexto de diversidade, com enfoque nos desafios e possibilidades possíveis. Metodologicamente, este estudo caracteriza-se por ser uma revisão bibliográfica, cuja abordagem é qualitativa. A partir disso, o aporte teórico respaldou-se em autores como Paulo Freire e Vitor Paro entre outros que versam sobre o referido tema. Nesse sentido, espera-se alcançar como resultados que a escola deve ser um espaço social e de inclusão, porém apresenta desafios na valorização da diversidade e fatores como gestão autoritária e práticas educativas descontextualizadas da realidade. Para seguirmos um novo caminho, é necessário democracia, diálogo e dar voz ao povo, valorizando suas identidades. Em suma, conclui-se que enfrentamos muitos desafios na construção de uma escola pública que valorize e respeite a diversidade. No entanto, não podemos deixar de lutar por uma escola pública que seja do povo, para o povo e com o povo. Essa é a verdadeira essência da escola pública.

Palavras-chave: Escola Pública, Função Social, Diversidade.

INTRODUÇÃO

A escola pública está presente na história há muito tempo, começando na Babilônia. Claro que, naquela época, a escola era destinada apenas à elite e não às camadas populares, como a autora Aranha dialoga na obra "História da Educação e da Pedagogia". A escola pública como a conhecemos hoje, com princípios de ser obrigatória, gratuita, laica e universal, tem um papel muito importante na nossa sociedade, oferecendo uma educação para todos e com grandes responsabilidades e desafios.

¹Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Federal UFG, fatima.soares@estudante.ufcg.edu.br;

² Gradando do Curso de Pedagogia na Universidade Federal - UFG, annabarbara002.sjp@gmail.com;

³Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Federal UFG, fabio.guedes@estudante.ufcg.edu.br;

⁴Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Federal - UFG, amandah.dantas981@gmail.com;

⁵ Gradando do Curso de Pedagogia na Universidade Federal - UFG, raquelribeirojampa@gmail.com;

⁶ Professora orientadora: mestrado na Universidade estadual-UERN, ericadantassilva70@gmail.com.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a função social da escola em um contexto de diversidade, com enfoque nos desafios e possibilidades. Como já citado, o objetivo do nosso trabalho é analisar a situação atual da escola pública e ver como a produção acadêmica está tratando do referido tema. A escola, como vemos hoje, é resultado de um jogo de interesses e ideias da classe dominante e da crença na desigualdade como algo escolhido e selecionado pela natureza. Movimentos por uma educação voltada para o povo começaram a surgir, e lutas e reivindicações começaram a aparecer, com os princípios já citados neste trabalho. Movimentos que lutam por uma educação emancipatória, igualitária e que a escola pública não seja guiada em direção ao capitalismo.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se por ser uma revisão bibliográfica, cuja abordagem é qualitativa. A partir disso, o aporte teórico baseou-se em autores como Paulo Freire e Vitor Paro, entre outros, que discutem o referido tema. Foram utilizados para a pesquisa sites como Google Acadêmico e SciELO. Entre os escolhidos, foram analisados 17 artigos e 2 livros: *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido* e *Educação como Prática da Liberdade*.

O papel da equipe gestora para o desenvolvimento da função social da escola também é importante e será discutido nesse artigo, que se apresenta como uma reflexão sobre problemas atuais. Vamos dialogar sobre novas possibilidades, caminhos ou ressignificar oportunidades de melhoria e trazer uma escola verdadeiramente preocupada com a formação integral dos seus alunos.

A ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS

A educação brasileira se originou durante o período do Brasil Colônia, com a chegada dos Jesuítas no ano de 1549, eles foram os responsáveis pela catequização sob a supervisão do Padre Manoel da Nóbrega. Mas quando o Marquês de Pombal chegou os expulsou em 1759, logo implementou as reformas Pombalinas e as principais medidas no âmbito educacional, foram as instaurações das aulas régias e do ensino laico, já no período Joanino foram criados os primeiros cursos superiores.

A educação no período Imperial, em 1823 houve a necessidade de suprir a falta de professores através do método Lancaster, era uma educação que manteve o caráter humanista, conservador era uma relação de dominação onde o aluno era reprodutor de

conhecimentos. O ensino se torna obrigatório e gratuito para todos os estudantes do primário, mas de características dualistas no regime de Vargas.

Desde a promulgação da Carta Magna em 1988, houve um crescimento na evolução da educação básica disponibilizada pela rede pública de ensino nos âmbitos federal, estadual e municipal, somando um aumento do nível da escolarização no Brasil. Assim como, a Constituição Federal de 1988 apresenta no artigo 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”. Diante disso, a percebe-se que a educação se torna-se fundamental no desenvolvimento humano.

Segundo Lima (2003) a escola se caracteriza por um processo institucional da organização escolar que representa uma tendência universal e escrita na longa duração que normatiza e se reproduz nas formas sociais e contemporânea. Nesse contexto se criam um eixo de ações em que a escola como organização deve se complementar na ordem burocrática e na ordem de anarquia organizada. Essa organização reproduzida da escola e especificamente escola públicas e elas visa um contexto histórico. Por isso, nessas ações de planos, estruturas e regras organizacionais, destaca que os planos servirão para as orientações das ações para as organizações, apresentando estruturas organizacionais latentes e ocultas, através de regras formais, não formais e informais e níveis de organização superficial, intermediário e profundo com tipos de focalização analítica normativa e interpretativa.

QUAL A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA?

O discurso sobre a diferença entre a função social da escola e a origem social dos educandos passou a trazer diversas contribuições para melhor compreendermos a complexidade da escola pública. No entanto, ainda prevalece a visão de que a escola pública é dedicada às camadas populares, tendo o papel de reprodutora de desigualdades sociais e de manutenção do status quo Bueno 2001.

Para iniciar nossas reflexões, adianto que a função social da escola vai além da aprendizagem de ideias e conteúdos escolares ou da execução de atividades em sala de aula. A escola preocupa-se em formar cidadãos e orientar a construção da cidadania, levando em consideração o desenvolvimento da criticidade e da conscientização dos nossos educandos, que vivem em sociedade.

Como enfatiza Bueno (2001, p. 6);

Se a escola, como instituição social, não se limita ao acesso à cultura/ conhecimento socialmente valorizado (e, na moderna sociedade urbano-industrial, parece que ela nunca se limitou a isso), é preciso que, dentro de condições historicamente determinadas, ela procure dar conta tanto do acesso à cultura como de se constituir em espaço de convivência social que favoreça e estimule a formação da cidadania.

A escola é um espaço comum a todos quando cumpre sua função de formar integralmente os alunos, servindo como um local de compartilhamento de saberes e valorizando a diversidade de culturas presentes. É um ambiente acessível a todos, especialmente à classe trabalhadora, que busca conhecimento e formação cidadã. Através da escola, é possível ter acesso a diversas culturas, épocas, histórias, países, idades, nomes, cores, espaços e vivências diferentes.

A escola é responsável direta pelo bom andamento da educação em seu significado mais amplo. É lá onde se encontram os sujeitos que a fazem mover: educando e o objeto cognoscente. O que deverá conhecer e o que será conhecido. Mas para que essa aproximação aconteça realmente um conjunto de fatores externos ao ambiente escolar precisam se mover em prol desse objetivo: uma boa estrutura física, bons profissionais, participação efetiva da família, laboratórios dentre outros (Carvalho, p.382,2018)

A ausência ou a falta da escola, ou uma escola que não cumpre com sua função social, é a porta de entrada para desigualdades que geram várias consequências na vida de crianças, jovens e na comunidade em geral. Problemas como evasão escolar, desigualdade de acesso, falta de condições de permanência, desvalorização da cultura local, desvalorização do trabalho docente, falta de acesso à saúde, saneamento básico, etc....

Como afirma Bueno (2001, p. 4):

Por outro lado, a deterioração das condições gerais de vida, em nosso país, tem trazido consequências graves para a escola, em especial para a escola fundamental localizada nas zonas periféricas dos grandes conglomerados urbanos, que é afetada pela violência do seu entorno social, pelo tráfico e consumo de drogas, pela elevação dos índices de criminalidade etc.

Nesse cenário, fica claro alguns problemas que a escola pública enfrenta e que dificultam o desempenho de sua verdadeira função: ser uma instituição voltada para as demandas e necessidades do povo.

No passado, tínhamos uma escola cujos processos de aprendizagem escolar não ofereciam vagas a todos e que, sob pressão do governo, evitava a reprovação das crianças, para impedir a repetência. Em contrapartida, hoje temos uma escola acessível a todos. No

entanto, isso não significa que as crianças estejam realmente participando do processo de aprendizagem e usufruindo dele. Muitas vezes, a passagem de uma turma para outra ocorre apenas com base na idade, sem que a criança tenha aprendido o necessário para aquela série. Atualmente, este cenário é evidente com o aumento do número de analfabetos funcionais em nosso país (Bueno, 2001).

A escola que ficou para as camadas populares conta com a missão de acolher e incluir as políticas de universalização do acesso à escola que causaram a inversão da função social da escola.

Ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens mínimas para a sobrevivência. Isso pode explicar o descaso com os salários e com a formação de professores: para uma escola que requer apenas necessidades mínimas de aprendizagem, basta um professor que apreenda um kit de técnicas de sobrevivência docente (agora acompanhado dos pacotes de livros didáticos dos chamados sistemas de ensino) Libâneo, 2012.p23.

Concluimos que as políticas de educação estão focadas nas necessidades básicas de aprendizagem e na redução da pobreza em nosso país, o que leva a aprendizagens mínimas. Em outras palavras, para nós das camadas mais pobres, apenas o mínimo necessário é fornecido.

Está na essência da escola a publicação da disputa no capitalismo. A função da escola em formar cidadãos para a vida em sociedade, agindo assim para a formação plena dos educandos, aos poucos foi deixada de lado. O Estado passou a manipular politicamente a escola pública, colocando-a nas mãos do capitalismo. A escola pública passa a ser vista como improdutiva em relação à mais-valia. Diante disso, o capitalismo passa a produzir o movimento da mais-valia, que se apresenta como instrumento fundamental para o capitalismo (Zucchini, 2018).

Para encerrar este tópico, citamos uma poesia de Paulo Freire retirada da página do Ministério da Educação.

Escola é ... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, O coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de água por todos os lados”. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”! Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos,

educar-se, ser feliz. Poesia do educador Paulo Freire, retirada da página do BRASIL, Ministério da Educação.

Uma das funções sociais da escola é ensinar. Freire deixa claro em seu poema a amplitude e a grandeza da escola para jovens, crianças, adultos, idosos, homens ou mulheres. A escola é lugar de sonho, de esperança, de cultivar sonhos, de ver outras possibilidades na vida. A escola é espaço de conhecimento, aprendizagem e convivência de diferentes em um espaço comum a todos e para todos.

IRRACIONALIDADE ESCOLAR, INTENCIONALIDADES E INTERESSES NA GESTÃO.

Conforme o advento das teorias administrativas que surgiram com a principal função de aprimorar o funcionamento das instituições fabris, os modelos organizacionais se dispuseram a alcançar a eficiência máxima dos processos de produção e acúmulo de capital, em consonância com esse desenvolvimento das Teorias Clássicas da Administração, as contribuições de Taylor e Fayol que são considerados como precursores nas discussões sobre processos de gestão, a administração escolar sofreu forte influências dessas teorias que foram desenvolvidas com objetivos extremamente diferentes do que uma instituição pública de ensino tem como finalidade. Outro mais o compromisso com a função social da escola é o que a diferencia de outras instituições de segmentos distintos.

Ao levar em consideração a escola como uma entidade pública de ensino e pensar na mesma como meio para produzir capital humano, há uma irracionalidade que se efetiva nas instituições de ensino quando a seu gerenciamento foge do compromisso de transformação social que essa instituição deve cumprir. A lógica empresarial diz respeito a como organizar os meios de produção para alcançar a máxima da eficiência técnica e acúmulo de capital, em outra palavras isso diz respeito que o mais importante para uma empresa é o próprio acúmulo de capital financeiro e não a função, transformação social dos indivíduos que nela se fazem presentes e são impactados pela mesma, deste modo não há como calcular na escola a sua contribuição financeira, pois as finalidades de ambas instituições se diferem, deste modo:

O processo de construção do conhecimento não pode ser visto como um produto pronto e acabado a ser adquirido. O conhecimento não pode ser maquiado para ser vendido, como se faz com o produto; portanto, a IES não tem produto manipulável. O produto da escola não é nem o serviço ao aluno,

mas o conhecimento, e conhecimento não se torna mercadoria e não tem preço Tredezini, Silva (2008, p. 180).

os modelos administrativos adentraram a gestão educacional e isso tem contribuído para que ela se distancie de cumprir com sua função social, entretanto a escola que deveria atender as necessidades educacionais dos grupos sociais, acaba por se envolver nas práticas administrativas capitalistas causando assim uma irracionalidade escolar, como mecanismo de formação para o mercado do trabalho, vertente essa que não deve ser a única e exclusiva das instituições formadora, é nessa perspectiva que Paro destaca:

Diante desse antagonismo entre a dominação própria da empresa capitalista e a especificidade da ação educativa transformadora, não resta outra alternativa a uma Administração Escolar que se pretenda articulada com os interesses da maioria da população senão descartar de imediato a administração empresarial tipicamente capitalista. Coloca-se, então, o problema da especificidade dessa Administração Escolar transformadora Paro (2006, p. 151).

É necessário então entender que é preciso a formulações de novos pensamentos e teorias para fundamentar a administração escolar. Tema esse que ganhou foco com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 versão de 2023, institui em seu artigo 3º os princípios de ensino, já o parágrafo VIII destaca que: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal” Brasil (2023, p. 9). Esse marco histórico e legal insere a gestão democrática como princípio fundamental componente do sistema de ensino, isto é, seria uma alternativa no modelo de direcionamento escolar que corroborasse para diminuição da irracionalidade escolar resultante de um modelo de gestão descompromissadas com os anseios sociais.

É oportuno reafirmar que a perspectiva de uma gestão democrática emana do povo, pelo povo e para o povo, em outras palavras quer dizer que todos os participantes sociais são de caráter relevante para as tomadas de decisões que circundem as instituições de ensino, configurando assim a descentralização dos mecanismos de gestão e incumbindo em si um processo democrático, ainda a respeito desse tipo de vertente a LDB em seu artigo 14 que os modelos de gestão educacional serão organizados pelas respectivas leis municipais, estaduais e nacionais. Outro mais, seguindo pelo artigo já citado são requisitos a elaboração de medidas e princípios para assegurar a gestão democrática, dentre essas prerrogativas podem-se citar a configuração dos conselhos escolares e seus respectivos fórum que são de exigência a participação de membros

profissionais da escola e comunidade, bem como os estudantes e demais envolvidos que desempenhem papéis importante em correlação com a escola Brasil (2023).

Deste modo as premissas de lógicas empresariais mediante a escola enquanto entidade pública, compromissada com a função social, se direciona para efetivação de suas atribuições em sua epistemologia de compromisso, sendo assim essas ações tomadas a partir de um modelo de gestão democrático evita-se que as instituições de ensino se direcionem para uma irracionalidade e se findem em um processo contínuo de cumprimentos das suas atribuições ligadas a uma racionalidade funcional da escola, premissa essa obrigatória em tempos de diversidades.

O DESAFIO DA DIVERSIDADE: UMA ESCOLA PARA TODOS.

A educação é um direito de toda a nossa sociedade, conforme a Constituição de 1988, é dever do Estado e da família. É fundamental para o pleno exercício da cidadania e para a qualificação para o mercado de trabalho. No entanto, adiantamos que a função social da escola não é apenas educar para o trabalho. Como a Constituição diz, a educação deve promover a cidadania e ser acessível a todos, sem distinção.

A diversidade reflete as relações de poder e está presente durante toda a nossa vida, até mesmo quando preferimos não vê-la. A diferença em nosso país nos remete diretamente à desigualdade, como diferenças étnicas e culturais, que acabam sendo marcas da desigualdade social, e a maneira como vemos as diferenças é uma marca da nossa sociedade e também tem relação com questões culturais e relações de poder, e muitas vezes algumas culturas acabam se colocando como principais sobre outras Gusmão (2000).

A desigualdade se manifesta de várias maneiras no cotidiano escolar. Tal como Economicamente, muitos pais não têm condições de fornecer vestimentas ou calçados adequados para seus filhos irem à escola, e muitas vezes, as crianças vão para a escola com fome. Essas situações não se limitam ao aspecto econômico, mas se estendem também ao social, político e até às relações interpessoais, onde as diferenças podem ser usadas como marcadores de desigualdade. Como reflete Gusmão (2000), a identidade e a diferença deixam claro que o outro faz parte do nosso mundo e não nos é alheio. A diferença indica que o outro está presente em nosso mundo e que nós também fazemos parte do mundo do outro, criando uma interconexão entre todos. A relação entre "eu" e "outro" é fundamental, pois esse encontro é marcado por relações de poder e hierarquia.

Isso representa um dos maiores desafios da escola: permitir que diferentes indivíduos coexistam no mundo uns dos outros sem conflitos, com base na solidariedade, igualdade, respeito e em um processo democrático onde a voz de cada um seja de fato ouvida e valorizada.

A diversidade é uma construção social; a diferença vem das práticas culturais e da nossa própria cultura. Cada pessoa traz sua cultura, seus costumes, suas verdades. Dentro da diversidade, não existe certo ou errado, pois cada um traz suas próprias verdades, sua própria maneira de ser. A diferença precisa ser vivida e sentida com igualdade. A diversidade é herança dos povos e é única e valiosa (Do Monte, 2021).

Discriminação étnico-racial dentro da escola, que representa um desafio até os dias atuais e um dos maiores obstáculos da escola pública hoje em acolher e valorizar a diversidade. Outra questão destacada é a educação usada como ferramenta civilizatória para padronizar e preparar o povo, impondo-lhes outra cultura Veiga (2008).

Apesar das políticas educacionais que promovem a matrícula de todos e são responsáveis por evitar a discriminação por deficiência ou qualquer característica física, a presença dessas políticas e dessas pessoas dentro da escola não garante que todos sejam reconhecidos e valorizados. E também menciona que a busca por eficiência e maximização dos resultados pode impedir o desenvolvimento e a inclusão de todos na escola Kassar (2016).

UMA NOVA PERSPECTIVA DE CAMINHO.

Partindo da ideia de educação, tal qual citada anteriormente, como um meio de grande potencial para formar sujeitos capazes de transformar a sua realidade. É importante pensar o ambiente educacional com um currículo que abranja as necessidades específicas da realidade escolar, com plano de ação desenvolvido entendendo suas características, onde seja possível sofrer alterações e adaptações, se necessário. No entanto, para que esse trabalho exista e seja realizado com eficiência, se faz indispensável que exista uma gestão democrática, onde é destacado por Gadotti (p. 1) que a gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional. Pensar em educação, é consequentemente agir com democracia.

Freire (1975, p. 86-87) em "Educação como prática de liberdade" complementa:

Punha-se, desde já, um problema crucial na fase atual do processo brasileiro. O de conseguir o desenvolvimento econômico, como suporte da democracia, de que resultasse a supressão do poder desumano e opressão das classes muito

ricas sobre as muito pobres. E de coincidir o desenvolvimento com um projeto autônomo da nação brasileira.

Pensar em um projeto educacional com objetivos e metas claros, mas para além disso, que atenda as demandas reais da sociedade, onde os principais interessados possam participar de forma ativa é um ponto inicial. Para que a educação assuma sua função, é necessário que exista a integração das comunidades escolares, sociais e familiar, onde a dialogicidade seja a ponte entre os meios, sendo assim um ambiente de colaboração, reconhecendo que uma educação de qualidade depende do apoio de todos os envolvidos.

Além disso, vale destacar a importância de se discutir sobre a função das políticas públicas, refletindo sobre sua relevância para combater as desigualdades sociais. Nesse sentido, Libâneo (2012, p. 133, apud Bastos, Gonçalves, Alves 2018, p. 90), destaca que a educação “deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”. Sendo assim, a gestão escolar pensar em uma perspectiva que leve em consideração a necessidade de políticas que garantam os recursos e o apoio indispensáveis para as escolas em seus contextos, pensando também em sua diversidade.

O quarto artigo analisado, intitulado “A gestão democrática na escola e o direito à educação”, de autoria de Carlos Roberto Jamil Cury, professor da PUC – Minas e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação (UFMG), publicado em 2007, apresenta o que é uma gestão democrática, suas características e seu papel em garantir o direito à escola. Busca discutir também questões como qualidade e permanência na escola. A gestão democrática é defendida neste artigo como fundamental para a função social das escolas e para sua eficiência em cumpri-la. A gestão democrática busca um processo de decisão com a participação coletiva de todos, promovendo o crescimento individual como cidadão e o crescimento da sociedade enquanto democrática.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Nosso trabalho teve como objetivo refletir sobre a função social da escola em um contexto de diversidade, com foco nos desafios e nas possibilidades que se apresentam. A partir da narrativa de diversos autores, enriquecemos nosso diálogo, levando-nos a questionamentos, descobertas e oportunidades de pensar a educação para além dos muros da escola.

Abordamos questões sociais importantes, como a discussão sobre a função social da escola e sua importância para as comunidades. Também enfatizamos o compromisso político que a equipe gestora deve ter com a gestão escolar.

Refletimos sobre o desafio da escola em lidar com a diversidade, acolhendo a todos e promovendo um ambiente de diálogo. Esse acolhimento da diversidade é, sem dúvida, um desafio, mas também deve ser um compromisso da gestão escolar.

Por fim, é importante destacar as palavras do patrono da educação brasileira Paulo Freire, que sempre afirmou que a escola é um espaço de esperança, de sonhos e de novas oportunidades. Nunca devemos parar de lutar por uma educação para todos, sem exclusão, capaz de capacitar pessoas em todas as fases da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ARANHA: Maria Lucia Arruda. **História da educação e da pedagogia**. Editora Moderna, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa escolas irmãs, p.2, 2008. [disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/cartilha2008.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/cartilha2008.pdf). Acesso em: 01 Set. 2024.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, 2001. p. 101-110.

CARVALHO, Rafael Ivania Maria de Sousa; SOUZA, Antônio Oziêlton de Brito, and. FREITAS, Raquel Lima de. “**A função social da escola pública no contexto atual**.” (2013).

CURY, Carlos Roberto Jamil. "A gestão democrática na escola e o direito à educação." **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** 23.3 (2007).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1975).

FREIRE, Paulo, 1921-1997. 24ª ed **Pedagogia da esperança um reencontro com a pedagogia do oprimido** Paulo Freire; prefácio de Leonardo Boff; notas de Ana Maria Araújo Freire. - 24ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. "Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral." *Cadernos Cenpec/ Nova série* 1.2 (2006).

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. "Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano." *Educação & Sociedade* 37.137 (2016): 1223-1240.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, 2012. p. 13-28.

LIMA, Licínio C. Para uma abordagem sociológica dos modelos organizacionais de escola pública. In: **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. "A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico." *Cadernos Cedes* 31 (2011): 341-357.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar e transformação social**. PARO, Vitor. In: *Administração escolar: introdução crítica*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 123-168.

PATTO, Maria Helena Souza. "A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro." *Psicologia USP* 3.1-2 (1992): 107-121.

TREDEZINI, A. de L. M.; DA SILVA, J. I. GESTÃO ESCOLAR E ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL: APROXIMAÇÃO E CONFRONTO. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 20, n. 39, p. 163–185, 2008. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v20n39a2006-418. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/418> . Acesso em: 24 ago. 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

ZUCCHINI, Lilian Giacomini Cruz, and. AGUDO, Marcela de Moraes. "O histórico da escola pública moderna, sua configuração contemporânea e função social." *Roteiro* 43.esp (2018): 77-99.